

Revista des discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

## Comparação do processo avaliativo no Ensino Fundamental e Médio: um estudo entre Sorocaba (Brasil) e Xai-Xai (Moçambique)

Comparison of the assessment process in Elementary and High School: a study between Sorocaba (Brazil) and Xai-Xai (Mozambique)

Tonito Francisco<sup>1</sup> Caroline Barros dos Santos Feltrin<sup>2</sup>

Resumo: Este artigo analisa as concepções de professores sobre práticas avaliativas em escolas públicas de Sorocaba (Brasil) e Xai-Xai (Moçambique). A avaliação é compreendida como processo pedagógico fundamental para acompanhar a aprendizagem, identificar dificuldades e promover o desenvolvimento integral do aluno. A pesquisa é de abordagem qualitativa, com base em entrevistas semiestruturadas realizadas com professores da Educação Básica. As falas foram analisadas por meio da análise do discurso, permitindo identificar diferentes concepções relacionadas às políticas educacionais, ao contexto institucional e à formação docente. Os resultados evidenciam práticas avaliativas diversas, que oscilam entre abordagens tradicionais e formativas. Conclui-se que é necessário ampliar o debate sobre o ato de avaliar, promovendo práticas mais críticas, inclusivas e contextualizadas.

**Palavras-chave:** Avaliação da Aprendizagem. Práticas Pedagógicas. Formação Docente.

**Abstract:** This article analyzes teachers' conceptions of assessment practices in public schools in Sorocaba (Brazil) and Xai-Xai (Mozambique). Assessment is understood as a key pedagogical process to monitor learning, identify difficulties, and promote the student's overall development. The research adopts a qualitative approach, based on semi-structured interviews conducted with Basic Education teachers. The data were examined through discourse analysis, allowing the identification of different conceptions related to educational policies, institutional contexts, and teacher training. The results reveal a range of assessment practices, which alternate between traditional and formative approaches. The study concludes by emphasizing the need to broaden the discussion on the act of assessing, encouraging more critical, inclusive, and contextualized practices.

**Keywords:** Learning assessment. Pedagogical practices. Teacher training.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. *ORCID*: 0009-0009-9293-5121 - *E-mail*: tonitofrancisco@gmail.com.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Mestranda em Formação Continuada de Professores pela Universidade Federal de São Carlos. Professora de Língua Portuguesa na Diretoria de Ensino de Sorocaba - São Paulo. *ORCID*: <u>0009-0000-0149-2973</u> - *E-mail*: <u>carolpdd7@gmail.com</u>.



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

## Introdução

O artigo aborda, a partir da visão dos professores, as práticas avaliativas em escolas do Ensino Fundamental e Médio em Sorocaba, no Estado de São Paulo, Brasil, e nas instituições de ensino primário e secundário do 1º e 2º ciclos de Xai-Xai, na Província de Gaza, Moçambique. O foco está nas estratégias utilizadas para avaliar os alunos, bem como na utilidade dessas avaliações no processo de aprendizagem. Busca-se compreender ainda as concepções dos docentes sobre a avaliação em ambos os contextos.

O processo de ensino e avaliação está diretamente relacionado à formação e atuação dos professores, ainda que existam normas e diretrizes que orientam essas práticas tanto nas escolas de Sorocaba quanto nas de Xai-Xai. Neste sentido, é essencial identificar quais abordagens ou estratégias podem favorecer o processo de aprendizagem em contraposição àquelas que contribuem para o fracasso escolar. Torna-se, portanto, relevante investigar as estratégias avaliativas e as concepções que orientam a prática docente.

Conforme apontam Garcia, Algebaile Morais (2023), a avaliação deve ser compreendida como uma prática social que considera os contextos específicos, as singularidades dos sujeitos e os sentidos construídos coletivamente no interior da comunidade escolar. Considerando que a avaliação é um tema complexo, entendermos como os professores dessas duas realidades lidam com essa temática, se torna relevante. Para esta pesquisa mobilizamos um questionário, contendo o relato dos professores e, na sequência, alicerçados pela literatura pertinente ao tema deste estudo, analisamos e realizamos comparações, seja entre os contextos, como das práticas avaliativas utilizadas por cada docente.

Neste sentido o presente artigo se objetiva em analisar as concepções sobre as práticas avaliativas dos professores das escolas de Ensino Fundamental - anos iniciais até o Ensino Médio - de Sorocaba e das escolas primárias do 1º e 2º graus e do Ensino Secundário do 1º e 2º Ciclos de Xai-Xai. Busca comparar as percepções dos professores



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

quanto ao papel e às finalidades da avaliação escolar em contextos educacionais distintos. Propomos ao público leitor, especialmente aos professores e educadores, uma reflexão sobre as práticas avaliativas, confrontando-as com outras realidades.

#### Avaliação da aprendizagem: Diretrizes existentes nos contextos investigados

O principal documento que fundamenta o tema no Estado de São Paulo é o Plano Estadual de Educação (PEE), instituído pela Lei nº 16.279, sancionada em 8 de julho de 2016 pela Assembleia Legislativa do Estado, em conformidade com as diretrizes e metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Entre os objetivos centrais do PEE, destacam-se a erradicação do analfabetismo, a ampliação do acesso à educação de qualidade e a superação das desigualdades sociais. O plano defende uma escola inclusiva, pautada na valorização da diversidade e no acolhimento de todos os estudantes, com ênfase na formação cidadã. A valorização dos profissionais da educação também é prioridade no PEE, por meio da proposição de melhores condições de trabalho, formação continuada e reconhecimento profissional, fortalecendo seu papel como agentes de transformação social. O plano contempla ainda a reformulação curricular, com vistas ao desenvolvimento de competências críticas, incorporando a sustentabilidade socioambiental como eixo estruturante da formação, a fim de promover a consciência ecológica e a responsabilidade social nas práticas pedagógicas.

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e com a Constituição Federal (1996), o estado de São Paulo estruturou seu modelo pedagógico com base em políticas públicas que orientam a organização do tempo escolar e do currículo em três formatos principais de jornada: o de 7 horas, o de 13 horas (das 7h às 12h, das 13h15 às 18h20) e o das 19 horas (das 19h às 23h). No âmbito do Ensino Integral, foi instituído o Regime de Dedicação Plena e Integral para os profissionais da educação, com carga horária semanal de 40 horas, proporcionando formação continuada, estabelecimento de metas e avaliações periódicas das equipes escolares. Segundo a normativa, o Modelo Pedagógico do Ensino Integral busca formar jovens autônomos, solidários e competentes. Nesse modelo, o estudante tem a



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

oportunidade de elaborar seu projeto de vida, contando com uma jornada ampliada em comparação ao ensino regular. Além das disciplinas tradicionais, o currículo inclui componentes como Protagonismo Juvenil, Projeto de Vida e disciplinas eletivas, voltadas ao desenvolvimento pessoal e profissional. A escola, nesse contexto, é considerada como espaço essencial de convivência, especialmente devido ao tempo significativo que os alunos permanecem nesse ambiente.

Com a implementação dessas diretrizes, o estado de São Paulo passou a adotar um processo de avaliação da aprendizagem padronizado, voltado à identificação de habilidades que necessitam de reforço e ao aprimoramento das práticas professores. A Avaliação de Aprendizagem em Processo (AAP), aplicada semestralmente, tem como finalidade monitorar o desempenho dos estudantes e orientar as intervenções pedagógicas. Paralelamente, o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) avalia estudantes de diferentes etapas da educação básica nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Os resultados obtidos subsidiam ações da Secretaria da Educação e integram o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP).

Além das avaliações estaduais, os estudantes participam do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), conduzido pelo Ministério da Educação, com o objetivo de aferir o desempenho escolar em nível nacional. O SAEB é composto pela Prova Brasil, pela Avaliação Nacional da Educação Básica e pela Avaliação Nacional da Alfabetização. Esses dados são utilizados para compor o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Sabemos que a avaliação da aprendizagem não deve ser entendida como um evento isolado, mas como parte integrante do processo pedagógico. Embora constitua um dos elementos didáticos mais relevantes do cotidiano escolar, ainda é, muitas vezes, associada a experiências negativas. Cury (1997) e Luckesi (2022) apontam que, quando realizada de forma tradicional e descontextualizada, tende a reforçar práticas excludentes e a contribuir para o fracasso escolar. Romper com essa lógica exige a superação de uma cultura escolar enraizada, o que implica mudanças que vão além da



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

atuação individual do professor, demandando o compromisso institucional. Nessa direção, Perrenoud (1978) destaca que transformações nas práticas avaliativas só são viáveis quando articuladas a alterações mais amplas na estrutura e organização da escola. A consolidação de práticas avaliativas alinhadas às diretrizes do Plano Estadual de Educação requer intencionalidade pedagógica, condições adequadas e uma cultura escolar que valorize o acompanhamento do estudante.

Durante a pandemia da COVID-19,<sup>3</sup> a avaliação passou a ser mediada por tecnologias digitais, conforme o Decreto nº 65.849 (São Paulo, 2021), evidenciando desafios no uso desses recursos. Nessa ótica, a adaptação dos professores às diferentes estratégias de ensino apresenta desafios consideráveis, uma vez que os educadores têm perdido a autonomia na definição das práticas avaliativas. A reflexão sobre os processos avaliativos também remete à necessidade de ações pedagógicas mais sensíveis à diversidade e à individualidade dos estudantes. Nesse sentido, diversos autores apontam caminhos para romper com lógicas excludentes e promover uma escola mais justa e acolhedora.

Além disso, André (1996, p. 19), destaca que a implementação de estratégias de diferenciação exige uma pesquisa sobre atividades e momentos de aprendizagem que sejam mobilizadores e significativos, considerando as diferenças individuais e culturais presentes na sala de aula. A autora também afirma que "[...] para que haja diferenciação é preciso vencer uma série de preconceitos e resistências" (André, 1996, p. 19), ou seja, é necessário superar as ideias enraizadas de que alguns alunos são naturalmente mais inteligentes do que outros e, assim, rejeitar a noção de que o fracasso escolar é inevitável.

Ao tratar da avaliação escolar, Luckesi (2000) ressalta que o professor pode excluir seus alunos de forma sutil ou explícita. A exclusão sutil ocorre quando o docente julga internamente certos estudantes como "problemáticos" e sem perspectiva de mudança, afastando-os silenciosamente do convívio da turma. Já a exclusão explícita se

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> A pandemia de COVID-19 no Brasil teve seu início oficial em março de 2020 e, embora os efeitos e casos ainda existam, ela foi considerada controlada em termos de emergência sanitária em maio de 2023.



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

dá quando há demonstrações claras de rejeição. Em ambos os casos, o acolhimento é comprometido. Para o autor, cabe ao avaliador, como adulto responsável pela relação avaliativa, a iniciativa de acolher. Sem essa disposição, não há avaliação justa, pois não se pode julgar de forma ética quem já foi previamente recusado ou excluído do processo.

De acordo com Santos (2007), é necessário que os educadores façam mudanças importantes, adotando práticas que contribuam para a construção do conhecimento. Embora essa transformação seja possível, é um processo complexo que exige dedicação e responsabilidade por parte dos professores. Há também de se considerar a importância da formação continuada a fim de subsidiar a prática pedagógica. O professor, como mediador, deve estar preparado para lidar com a diversidade dos alunos e transformar diretrizes em ações pedagógicas eficazes. Sua prática deve considerar as diferenças individuais, adotando estratégias adequadas e avaliando a percepção dos estudantes sobre os conteúdos ensinados (Santos, 2007).

A escola tornou-se um espaço central de convivência, dado o tempo prolongado dos estudantes nesse ambiente. Porém, os professores enfrentam desafios de adaptação, agravados pela falta de tempo para formação e pela pressão por resultados. Esses fatores afetam diretamente sua permanência nas instituições, tornando a prática docente mais complexa e exaustiva (Libâneo, 2001).

Conforme observa Libâneo (2001), essas condições refletem as exigências crescentes da profissão docente, que impõem desafios que vão além do ensino em sala de aula. Tal cenário é corroborado por Pimenta (1996, p. 19), ao afirmar que:

No caso da educação escolar, constatamos no mundo contemporâneo que ao crescimento quantitativo dos sistemas de ensino não tem correspondido um resultado formativo (qualitativo) adequado às exigências da população envolvida, nem às exigências das demandas sociais.

A desproporção entre a expansão do ensino e a qualidade formativa desafia o trabalho docente e o atendimento às demandas pedagógicas. Segundo Pimenta (1996), isso intensifica os desafios enfrentados pelos professores diante das exigências do



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

cotidiano escolar. A inserção de tecnologias digitais, acelerada pela pandemia, promoveu novas formas de aprendizagem e adaptação à cultura digital em Sorocaba.<sup>4</sup>

O uso indiscriminado de recursos digitais tem afetado habilidades essenciais, como a escrita, além de comprometer a autonomia, a responsabilidade e o pensamento crítico (Matias, 2025). Embora ampliem o acesso ao conhecimento, essas tecnologias, quando mal utilizadas, prejudicam a formação integral e valores como ética e disciplina. Para Moran (2013), o desafio é integrar a tecnologia como apoio, sem substituir o professor, buscando equilíbrio entre inovação e formação humanística.

No tocante à Moçambique, o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação (SNE) é estabelecido pela Lei n.º 18/2018, de 28 de dezembro, aplicável a todas as instituições de ensino público, comunitário, cooperativo e privado que integram esse sistema. Essa lei estabelece os princípios, os níveis de ensino, a organização curricular e os fundamentos que regem a estrutura e funcionamento da educação nacional. Com base nessa legislação, o Diploma Ministerial n.º 7/2019, que aprova o Regulamento Geral de Avaliação do Ensino Primário, Ensino Secundário Geral e Alfabetização e Educação de Adultos, normatiza o processo de avaliação da aprendizagem, alinhando-o às diretrizes da Lei n.º 18/2018.

Segundo o Capítulo I, Artigo 1º do regulamento, a avaliação é uma componente curricular presente em todo o processo de ensino-aprendizagem, gerando dados que relacionam os objetivos curriculares aos resultados alcançados. Essa análise orienta juízos de valor e decisões pedagógicas, visando desenvolver competências, melhorar o ensino e aperfeiçoar o sistema educativo. O regulamento abrange a avaliação das aprendizagens no Ensino Primário (EP), Ensino Secundário Geral (ESG) e na Alfabetização e Educação de Adultos (AEA), com foco na prática em sala de aula.

A lei organiza o Sistema Nacional de Educação (SNE) em níveis que garantem um percurso educativo coerente e acessível. A educação pré-escolar, opcional, destina-se a

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Em Xai-Xai, por outro lado, intensificou-se o uso de fotocopiadoras, sobretudo em avaliações, o que pode enfraquecer a mediação pedagógica e comprometer o papel do professor como agente essencial na formação educacional (Matias, 2025).



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

crianças de até 6 anos. O ensino primário, obrigatório e gratuito, divide-se em dois ciclos: 1ª a 6ª e 7ª classe. O ensino secundário também possui dois ciclos: 8ª a 10ª e 11ª a 12ª classes. A educação de jovens e adultos visa à inclusão e à recuperação escolar de quem não concluiu a educação formal.

A legislação se baseia em princípios como universalidade e igualdade, garantindo o direito à educação sem discriminação; gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário; qualidade e relevância, com foco nas necessidades do país; e inclusão e equidade, assegurando acesso para pessoas com deficiência e grupos vulneráveis.

O Artigo 4 do Regulamento Geral de Avaliação, aprovado pelo Diploma Ministerial nº 7/2019, estabelece os princípios fundamentais da avaliação da aprendizagem no Sistema Nacional de Educação (SNE) de Moçambique. Esse regulamento orienta como os alunos devem ser avaliados ao longo do processo educativo, garantindo transparência, equidade e coerência no sistema de ensino. O artigo determina que a avaliação deve seguir cinco princípios básicos: Continuidade, Flexibilidade, Transparência, Participação e Diversificação.

A implementação da avaliação deve ser contínua, onde os professores têm que avaliar os alunos ao longo do ano, por meio de exercícios, debates, relatórios, testes curtos, entre outros. Os critérios precisam ser claros, pois os alunos devem saber como serão avaliados, e os professores precisam justificar as notas atribuídas. Aponta o uso de métodos variados, além de provas escritas, a avaliação pode incluir apresentações, trabalhos em grupo, atividades práticas e autoavaliação. Deve-se dar o feedback aos alunos, sobre seu desempenho, ajudando-os a entender onde precisam melhorar.

O Artigo 4 do Regulamento Geral de Avaliação garante que o processo avaliativo em Moçambique seja mais íntegro, inclusivo e eficaz. Ao seguir esses princípios, o ensino se torna mais centrado no aluno, incentivando um aprendizado contínuo e expressivo, conforme o Diploma Ministerial n.º 7/2019, que estabelece os princípios que tornam a avaliação um processo educativo e abrangente. Sua aplicação nas escolas moçambicanas visa garantir que todos os alunos sejam avaliados de maneira justa, contínua e transparente, promovendo uma aprendizagem mais eficaz e significativa.



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

Cabe destacar que as orientações oficiais sobre a avaliação apontam elementos diferenciados, uma vez que para Sorocaba além das avaliações estaduais, os estudantes participam do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), conduzido pelo Ministério da Educação, com o objetivo de aferir o desempenho escolar em nível nacional, enquanto que em Xai-Xai, a avaliação é definida como uma componente curricular presente em todo o processo de ensino-aprendizagem. Por meio dela, obtêm-se dados e informações que permitem relacionar o que foi proposto nos programas curriculares com os resultados efetivamente alcançados.

## Aspectos Metodológicos

Para a realização do presente artigo optou-se relativamente pelas seguintes técnicas de recolha de dados: questionário, análise documental, utilizando várias bibliografias, aliado a isso foram consultados documentos como: Leis, Constituições e Diploma Ministerial. Conjuntamente, a mobilização de diferentes materiais, permitiram uma triangulação na análise de modo a identificar o grau de convergência ou divergência dos resultados obtidos. Importa salientar que todo o processo de pesquisa foi realizado numa perspetiva da Psicologia Social Discursiva, de forma remota, por meio de plataformas de correios eletrônicos como E-mail; Google Forms e WhatsApp.

Participaram da pesquisa 12 professores: seis do ensino fundamental (anos iniciais) e médio em Sorocaba (São Paulo, Brasil) e seis do ensino primário e secundário (1º e 2º ciclo) em Xai-Xai (Província de Gaza, Moçambique). O questionário visava analisar suas concepções sobre o ato de avaliar. Esse exercício denomina-se coleta de dados, que tem como "[...] desafio de mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares" (Ferreira, 2002, p. 272).

As idades dos participantes era entre 27 a 60 anos, sendo 4 homens e 8 mulheres. Três possuem nível médio, três são licenciados, dois cursam pós-graduação, três são



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

mestres e um é doutor. A experiência docente varia de 3 a 30 anos, com carga horária semanal entre 5 e 10 horas. As turmas atendidas vão de 6 a 46 alunos.

Os dados foram coletados de forma remota por meio de um questionário elaborado na plataforma *Google Forms*, composto por quatro perguntas abertas, enviado aos professores selecionados por *link* via *e-mail*. Os critérios de seleção incluíram ter mais de três anos desde a conclusão da formação e atuar no Ensino Fundamental (anos iniciais) ao Ensino Médio, no caso dos professores de Sorocaba, e no Ensino Primário (1º e 2º graus) e Secundário (1º e 2º ciclos), no caso dos docentes de Xai-Xai.<sup>5</sup>

Os participantes foram identificados na pesquisa por códigos numéricos: P1, P3, P5, P7, P9 e P11 para os professores moçambicanos de Xai-Xai; e P2, P4, P6, P8, P10 e P12 para os brasileiros de Sorocaba, garantindo o anonimato. Cada código representa um professor, cujas experiências e reflexões sobre o processo avaliativo foram analisadas. Partiu-se do pressuposto de que compreender a informação a ser buscada é essencial para planejar e conduzir adequadamente a pesquisa. Nesse sentido, definiram-se dois passos fundamentais para orientar o processo investigativo.

- i. O que nós queremos pesquisar? (Assunto): O foco da nossa pesquisa está relacionado ao processo de ensino-aprendizagem e à avaliação nas escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio de Sorocaba, e nas escolas de 1º e 2º Graus e de Ensino Secundário (1º e 2º Ciclo) de Xai-Xai.
- ii. Como podemos pesquisar? (Estratégias): A pesquisa envolveu análise documental de bibliografia pertinente e documentos oficiais (Leis, Constituições e Diplomas Ministeriais), além do questionário com os professores. A coleta de dados foi realizada remotamente, via plataformas digitais supracitadas.

A partir daí, foram realizadas leituras minuciosas da literatura pertinente e dos questionários respondidos pelos/as professores/as.

Os resultados que apresentamos na sequência, se debruçam sobre a perspectiva docente sobre os instrumentos avaliativos, destacando aqueles que mais despertam o

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> O instrumento continha o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com informações sobre os objetivos, a natureza e a relevância da pesquisa, além do período previsto para o preenchimento.



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

interesse dos docentes. Assim, ao longo das páginas que se seguem apresentamos a visão destes profissionais acerca dos métodos avaliativos referenciais e daqueles considerados mais adequados no contexto das práticas pedagógicas dos professores. Os relatos a seguir ilustram essas percepções e experiências.

#### Resultados e discussões

Os professores responderam um questionário e as respostas foram elencadas neste estudo segundo as quatro questões: 1) Qual a sua concepção de avaliação? 2) Ao longo de sua carreira, como tem visto a avaliação? 3) Qual estratégia você utiliza para avaliar o seu aluno? 4) Qual a importância do ato avaliativo?

Adotou-se a abordagem da Psicologia Social Discursiva, conforme delineada por Potter Wetherell (2014), que concebe o discurso como prática social produtora de efeitos. Essa perspectiva enfatiza a função e a variabilidade discursiva, voltando-se à análise de sua construção, organização e usos, em vez de buscar significados subjacentes.

As respostas dos professores em relação à primeira pergunta – "Qual é a sua concepção de avaliação?" - foram:

P1: A avaliação é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, devendo ser contínua e abrangente, permitindo identificar os alunos que necessitam de suporte. Utilizo diversas metodologias, como debates e atividades práticas, promovendo um ambiente acolhedor. Ao perceber dificuldades dos alunos, replanejo as atividades para atender às necessidades individuais, ressaltando a importância da observação constante e do acompanhamento dos estudantes.

P2: A avaliação é essencial para analisar o processo de ensino-aprendizagem, permitindo identificar defasagens e oferecer propostas diferenciadas. No entanto, observo que, especialmente na rede estadual, as avaliações muitas vezes parecem sem sentido, refletindo a falta de engajamento de um grupo cultural de alunos que demonstram desinteresse pelo aprendizado.

P9: A avaliação é importante, pois contribui para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

P3: Para mim, a avaliação é uma forma de comunicação entre professor e aluno, permitindo que os alunos expressem suas compreensões e dificuldades. Deve ser um processo contínuo de observação. Evito aplicar provas formais, optando por observar o desenvolvimento dos alunos durante as atividades.



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

P8: A avaliação pode ser mais eficaz sem depender exclusivamente de provas. Utilizo gamificações e atividades práticas para promover uma avaliação mais individualizada.

P11: Avaliar é acompanhar a aprendizagem dos alunos de forma sistemática e contínua.

P4: Considero a avaliação uma prática fundamental para diagnosticar falhas na aprendizagem. Utilizo trabalhos e listas de exercícios para mensurar as dificuldades dos alunos.

P5: Vejo a avaliação como uma ferramenta diagnóstica essencial para medir efetivamente o progresso dos alunos. Adoto metodologias diversas, incluindo observações durante atividades, para esse fim.

P7: Observo que a avaliação evoluiu para uma abordagem mais formativa e inclusiva. Utilizo a avaliação diagnóstica para adaptar estratégias de ensino às necessidades dos alunos.

P10: Acredito que avaliar é medir o grau de conhecimento do aluno, ou seja, é utilizar estratégias para confirmar se ele aprendeu ou não.

P6: Utilizo a avaliação como apoio para melhorar a prática pedagógica. Considero a participação e os trabalhos dissertativos fundamentais no processo de ensino-aprendizagem.

P12: A avaliação é um procedimento pedagógico importante e necessário para a conclusão e validação da construção do indivíduo.

Um professor (P1) de Xai-Xai e dois (P2, P9) de Sorocaba responderam que a avaliação é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, justificando que ela é importante por suas contribuições ao desenvolvimento desse processo. Assim, suas concepções estão ligadas à valorização desse processo, pois, através da avaliação, os professores medem e analisam as possibilidades de aprendizagem dos alunos.

Dois professores de Xai-Xai (P3 e P11) e um de Sorocaba (P8) apresentaram uma visão alinhada às primeiras classificações conceituais da avaliação, como descrito por Simões (2000), que a define como medida dos resultados dos alunos. Destacaram o uso de estratégias para confirmar a aprendizagem, embora sua aplicação varie conforme o nível de escolarização. Diferentemente, dois professores (P5 e P7) de Xai-Xai e dois (P4 e P10) de Sorocaba, consideram a avaliação um processo contínuo que visa ao



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

acompanhamento progressivo do aluno. Essa perspectiva se aproxima dos pressupostos construtivistas, conforme ressalta Santos (2007, p. 17):

A concepção de ensino construtivista difere dos modelos não construtivistas porque ela deve estimular uma forma de pensar em que o aprendiz, em vez de assimilar o conteúdo passivamente, reconstroi o conhecimento existente, atribuindo-lhe um novo significado, o que implica em novo conhecimento.

Neste ponto somente dois professores (P6 e P12) de Sorocaba vêm a avaliação como um procedimento pedagógico, o que remete à visão de Santos, (2007, p. 16), que destaca que: "[...] o conceito de avaliação da aprendizagem está ligado a uma concepção pedagógica mais ampla, isto é, a uma visão de educação". Além disso, essas professoras consideram a avaliação necessária para a conclusão e aprovação do indivíduo. Embora tentem justificar e atribuir sentidos pedagógicos à avaliação, suas justificativas se aproximam mais da finalidade de aprovar o sujeito, ou seja, de informar se ele está ou não apto para determinada função.

No tocante à questão: "Ao longo da sua carreira como tem visto a avaliação?" Os professores responderam da seguinte forma:

P1: A avaliação está se tornando mais diversificada e centrada no aluno ao longo do tempo.

P2: Considero a avaliação uma maneira de identificar quem assimilou ou não o conteúdo, e de revisar questões quando necessário. A avaliação serve para verificar se o aluno está apto a desenvolver determinada atividade.

P5: A avaliação serve para diagnosticar as falhas na aprendizagem de um determinado conteúdo.

P9: Tem um caráter somativo, ou seja, serve para atribuir notas e definir a aprovação ou reprovação do estudante.

P12: Vejo a avaliação como um bom método para verificar o nível dos alunos e se eles compreendem a matéria.

P7: A avaliação é uma maneira de analisar meu próprio trabalho, verificando se estou conseguindo transmitir o conhecimento de forma que os alunos compreendam.

P8: Sempre utilizei a avaliação como uma ferramenta para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem.

P10: Acho que o aluno muitas vezes pode ser melhor avaliado por seu desempenho escolar geral, em vez de por meio de uma prova específica.



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

P6: Vejo a avaliação como uma forma de identificar os alunos que compreenderam a matéria, assim como aqueles que ainda têm dificuldades, para que essas dificuldades possam ser resolvidas. Minha avaliação é contínua, e também considero o que os alunos trazem de conhecimento prévio.

P11: Ao longo de minha carreira, vejo a avaliação como um instrumento fundamental para acompanhar todas as atividades do aluno, do professor, dos pais ou responsáveis, e da escola. O aluno se autoavalia, o professor também, e ambos traçam estratégias para o aprimoramento do processo de aprendizagem.

P3: Principalmente na rede estadual, vejo a avaliação como algo sem sentido. Há um grupo cultural de estudantes que não querem aprender e, quando aprendem, não querem demonstrar. Muitos boicotam o que aprenderam e, quando participam, o fazem de forma descompromissada, o que gera um resultado negativo na aprendizagem. Essa situação gera uma frustração, pois sinto que não consigo aplicar o que é de minha responsabilidade. Ao longo da carreira, vivenciei a avaliação de forma estática e momentânea, assim como de forma dialética e contínua.

P4: Vejo que o sistema educacional (escolar, vestibular, universitário, de concurso público, etc.) valoriza muito a avaliação escrita, onde se espera que o aluno saiba responder questões objetivamente. Acredito que a avaliação é como um termômetro que só alcançará seus objetivos com a participação de ambas as partes: o aluno, disposto a ser avaliado, e o educador, comprometido a avaliar de forma acolhedora e construtiva, promovendo um clima de harmonia que estimule a espontaneidade e maximize os resultados.

Somente dois professores, P1 de Xai-Xai e P6 de Sorocaba não entenderam claramente a pergunta, pois tentaram justificar suas respostas descrevendo como seria seu processo avaliativo. De alguma forma, suas respostas se assemelham aos pressupostos construtivistas, nos quais os conhecimentos prévios dos alunos são considerados fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem.

Nesta questão dois professores (P2 e P12) de Sorocaba e dois (P5 e P9) de Xai-Xai, indicam a finalidade da avaliação, mas não respondem diretamente à pergunta. No entanto, percebe-se que seus discursos se assemelham à terceira geração proposta por Simões (2000), que caracteriza essa abordagem como uma noção de julgamento orientada para o juízo de valor, onde a avaliação se restringe à apreciação do mérito ou do valor de algo.

O professor P3 de Xai-Xai e P10 de Sorocaba justificam suas respostas alinhando-as aos objetivos da pergunta ao reconhecerem que a avaliação tem passado



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

por mudanças. Eles também relatam que vivenciam processos avaliativos variados. Esses discursos se assemelham à concepção de Vasconcelos (2003), que reconhece a necessidade de mudanças para uma práxis transformadora.

Os professores P4 e P8 de Sorocaba e P7 e P11 de Xai-Xai, descrevem em suas respostas preceitos da teoria construtivista, pois ressaltam que, para alcançar os objetivos, é necessária a participação tanto dos alunos quanto dos professores no processo de ensino-aprendizagem.

No que se refere à pergunta: "Qual estratégia você utiliza para avaliar o seu aluno?" Os professores responderam da seguinte forma:

P1: Participação oral e escrita.

P6: Avalio o desempenho e a participação dos alunos.

P8: Utilizo a participação, debates e trabalhos dissertativos.

P11: Minhas estratégias incluem resumos das aulas, marcação e correção do T.P.C. (trabalho para casa), perguntas abertas durante a aula e debates.

P12: Uso várias estratégias, como a verificação dos cadernos e a participação ativa nas aulas.

P2: Minhas avaliações são diárias e incluem a participação, debates, registro no caderno, atividades no centro de mídias e avaliação da atividade trabalhada sem avisar que é uma avaliação.

P3: Avalio os alunos por meio de atividades propostas em sala de aula, atividades da própria secretaria da educação e conversas informais com os alunos.

P10: Utilizo gamificação, entrega de trabalhos e atividades realizadas em sala de aula.

P5: Utilizo trabalhos, caderno e listas de exercícios para avaliar.

P9: Avaliação continua.

P4: Como minhas turmas são pequenas, não aplico provas; observo o desenvolvimento dos alunos diretamente nas aulas, permitindo que eles se manifestem enquanto realizam as atividades.

P7: Gosto de avaliar cada aluno individualmente, utilizando diversas estratégias além dos resultados de provas, como observações, atividades e avaliação oral.



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

Dois professores (P6 e P12) de Sorocaba e dois (P1 e P11) de Xai-Xai, descrevem em suas respostas preceitos da avaliação formativa, que busca acompanhar o desenvolvimento do aluno ao longo do processo de ensino-aprendizagem, fornecendo feedback contínuo para melhorar seu desempenho. Estes têm a base em Luckesi (2000), que defende a avaliação como um processo mediador da aprendizagem, ajudando o aluno a refletir sobre seu progresso e dificuldades, neste sentido a avaliação deve ser diagnóstica e formativa, permitindo ajustes na prática pedagógica.

Um professor de Xai-Xai (P3) e dois de Sorocaba (P2 e P10), destacam que as avaliações diárias integram a avaliação formativa, por ocorrerem de forma contínua e contribuírem para identificar dificuldades e progressos dos alunos. Esse tipo de avaliação permite intervenções pedagógicas imediatas. Nesse sentido, Perrenoud (1999) ressalta a importância da avaliação formativa para regular as aprendizagens e ajustar as estratégias de ensino às necessidades dos estudantes.

Dois professores (P5 e P9) de Xai-Xai, justificam suas respostas na base da avaliação contínua que faz parte da avaliação formativa, pois ocorre de maneira processual e sistemática ao longo do ensino, permitindo o acompanhamento constante da aprendizagem dos alunos. Esse tipo de avaliação busca identificar dificuldades e progressos para possibilitar intervenções pedagógicas eficazes. Olhando para estas respostas refletimos juntos a Libâneo (1994), que afirma que a avaliação contínua deve estar integrada ao processo de ensino, auxiliando na regulação das práticas pedagógicas e no desenvolvimento do aluno.

Dois professores de Xai-Xai (P4 e P7) afirmam que a avaliação individual pode integrar tanto a avaliação formativa quanto a somativa, conforme seu objetivo. Quando usada para acompanhar o desenvolvimento e oferecer feedback, é formativa; ao medir o desempenho com atribuição de notas, torna-se somativa. Essa perspectiva apoia-se em Luckesi (2000), que vê a avaliação como mediação da aprendizagem, podendo ter fins diagnósticos ou classificatórios, conforme sua aplicação.

Em relação à última questão: "Qual a importância do ato avaliativo?", as respostas abrangeram os seguintes aspectos:



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

P9: A avaliação é parte do processo de ensino-aprendizagem e busca acompanhar o desenvolvimento dos alunos ao longo do tempo e tem como objetivo fornecer feedback constante tanto para o aluno quanto para o professor, identificando pontos de melhoria e ajustando as práticas pedagógicas além de enfatizar o processo de aprendizagem e na construção do conhecimento, mais do que na simples atribuição de notas.

P4: A comunicação entre o aluno e professor é algo essencial para o processo de ensino-aprendizagem.

P5: Mensurar as dificuldades.

P1: É importante porque avaliamos o nível de assimilação da matéria assim como as dificuldades que o aluno enfrenta.

P2: Para replanejarmos quando o aluno não está absorvendo o que tínhamos planejado.

P10: Procurar entender seu desempenho como aluno e pessoa.

P12: É no ato avaliativo onde verificamos ate que nível os alunos compreenderam a matéria dada.

P8: Parâmetro para o processo ensino-aprendizagem.

P11: O ato avaliativo é importante porque o aluno e o professor veem os seus aspetos positivos e negativos e planificam a estratégia de superar. Ou seja, o ato avaliativo demonstra até que nível os objetivos foram alcançados.

P3: De detectar possíveis alunos com defasagem e assim ajudá-los a melhor desenvolver.

P6: Orientar e enriquecer todo o processo educativo.

P7: A avaliação permite entender o que os alunos estão aprendendo, o que não conseguiram assimilar e a melhor forma de cada um construir conhecimento.

Um professor de Sorocaba (P4) e dois de Xai-Xai (P5 e P9), consideram a importância da avaliação no sentido do ponto de partida a fim de melhorar o desempenho do professor e aluno em seus processos de ensino aprendizagem. O interessante é que eles destacam os dois agentes do processo, não atribuindo somente ao estudante a possibilidade de ensinar e aprender.

No entanto, três professores (P2, P10 e P12) de Sorocaba e um (P1) de Xai-Xai, destacam a necessidade do uso da avaliação para a obter a percepção da aprendizagem dos estudantes.



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

O professor P8 de Sorocaba e P11 de Xai-Xai, apontam a avaliação como uma forma de acompanhamento de seus alunos. Este discurso se assemelha ao de Hoffmann (2012) ao se referir a avaliação mediadora como um acompanhamento que visa ao acesso gradativo do aluno a um saber competente na escola, e, portanto, sua promoção a outras séries e graus de ensino.

Os professores P3 e P7 de Xai-Xai e P6 de Sorocaba, revelam a possibilidade de diferenciar as atividades em prol do favorecimento da aprendizagem dos alunos, o que se assemelha a concepção de André (1996), ao destacar que a diferenciação não pode se limitar a uma metodologia, a um nível de idade, a uma categoria de conteúdo ou de competências. É uma visão ampla que requer o acompanhamento de cada aluno dos processos que vão encaminhar a aprendizagem. Como destaca Perrenoud (1978) é algo que vai romper com as diferenças.

No que se refere às questões sobre avaliação, os professores tanto de Sorocaba, quanto os de Xai-Xai, responderam com precisão e conhecimento de forma equitativa. Contudo existem algumas diferenças, Sorocaba enfatiza a formação integral e competências para a vida cidadã, a passo que Xai-Xai, prioriza a alfabetização e a educação básica como um meio para combater o analfabetismo e promover a inclusão social, daí que as suas avaliações tendem para rumos diferenciados. Os desafios relatados pelos professores moçambicanos, como a falta de materiais didáticos, salas superlotadas e escassez de formação continuada, são reforçados por pesquisas sobre o sistema educacional do país. Castiano (2010, p. 102), aponta que, "[...] sem mudanças estruturais significativas, a avaliação continuará sendo um mecanismo de exclusão, em vez de uma ferramenta de acompanhamento e suporte ao aprendizado".

#### **Considerações Finais**

A escola, como instituição social, reproduz normas de excelência que estabelecem comparações e hierarquias entre os sujeitos (Castiano, 2010). Essas características são construções históricas e sociais, mantidas pela própria escola. A análise comparativa mostra que, embora haja avanços em ambos os contextos, os desafios diferem: no Brasil,



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

o foco está na implementação de uma proposta curricular inclusiva; em Moçambique, o desafio é garantir acesso universal à educação de qualidade com recursos limitados. Em ambos os casos, a avaliação é central na formação de alunos críticos, reforçando a importância de políticas educacionais adequadas a cada realidade.

O Plano Estadual de Educação, alinhado ao Plano Nacional, define metas como erradicar o analfabetismo e promover um ensino de qualidade, equitativo e acessível. Em Sorocaba, destaca-se a valorização da formação humanística, científica e cultural, com ênfase na diversidade.

A pesquisa mostrou que, embora haja iniciativas de formação continuada, muitos professores as consideram insuficientes diante dos desafios pedagógicos. O questionário revelou concepções distintas sobre avaliação, refletindo formações e experiências diversas. Alguns demonstraram dificuldade em responder objetivamente, o que pode indicar insegurança teórica ou falta de aprofundamento (Becker, 1994).

O modelo tradicional, baseado em provas e notas, foi citado marginalmente. A maioria descreve práticas contínuas, alinhadas ao construtivismo, nas quais o conhecimento é processo em construção. Destaca-se o diagnóstico do conhecimento prévio, com dados alinhados aos planos de ensino. Segundo Luckesi (2000), esses dados devem refletir objetivos definidos por uma teoria pedagógica aplicada à prática.

Essa análise permite ao professor compreender o estágio de aprendizagem e planejar intervenções. Isso exige clareza sobre a teoria que orienta sua prática e os objetivos do plano de ensino. É preciso aprofundar, na escola, o debate sobre o significado da avaliação e suas implicações pedagógicas, sociais e emocionais. Práticas descontextualizadas comprometem a aprendizagem e afetam emocionalmente os alunos, contribuindo para seu fracasso.

Entre os métodos citados, destacam-se a avaliação diagnóstica, formativa e contínua. As principais dificuldades apontadas são o desinteresse dos alunos, a falta de recursos e o pouco envolvimento familiar. Os professores também mencionam o impacto do contexto socioeconômico, especialmente quanto à alimentação e aos materiais escolares. Criticam o modelo tradicional por considerá-lo limitado e defendem práticas



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

que considerem múltiplas inteligências e os desafios socioemocionais. Sugerem o apoio de equipes multidisciplinares, como profissionais da educação neurofuncional. Apesar das diferentes visões, há consenso de que a avaliação deve ir além da função classificatória, orientando o ensino e promovendo o desenvolvimento integral dos alunos.

Referências

André, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Avaliação Escolar: Além da Meritocracia e do Fracasso. **Cadernos de Pesquisa**, n. 99, p. 16–20, 1996.

Becker, Fernando. Modelos Pedagógicos e Modelos Epistemológicos. **Educação & Realidade**, v. 19, n. 1, p. 89-96, 1994.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

Castiano, José Paulino. **Educação, Cultura e Desenvolvimento:** Desafios para Moçambique. Maputo: Escolar Editora, 2010.

Cury, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição:** Elementos para uma crítica da Educação Tecnicista. 7. Ed. - São Paulo: Cortez, 1997.

Ferreira, Norma Sandra de Almeida. As Pesquisas Denominadas "Estado da Arte". **Educação & sociedade**, v. 23, n. 79, p. 2577-272, 2002.

Garcia, Luciane Terra dos Santos.; Algebaile, Eveline Bertino & Morais, Alexandre Souza. As políticas de avaliação e a qualidade educacional no Brasil sob a perspectiva de Luiz Carlos de Freitas. **Cadernos CEDES**, v. 43, n. 121, p. 44–54, 2023.

Hoffmann, Jussara. Avaliação Mediadora: Uma Prática em Construção da pré-escola à Universidade. Porto Alegre: Mediação; 32. Ed. 2012. p. 160-160.

Libâneo, José Carlos. Didática: teoria da instrução e do ensino. São Paulo: Cortez, 1994.

Libâneo, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos: Inquietações e Buscas. **Educar**, n. 17, p. 153–176, 2001.

Luckesi, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar:** Estudos e Proposições. 25. Ed. - São Paulo: Cortez, 2022.



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

Luckesi, Cipriano Carlos. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem. **Revista Pátio**, v. 12, p. 6–11, 2000.

Matias, Vandeir Robson da Silva. Implicações das novas tecnologias na educação geográfica: para quem? E para que? **Caminhos de Geografia**, v. 6, n. 22, p. 242-253, 2005.

Moran, José Manuel. **A Educação que desejamos:** Novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2013.

Perrenoud, Philippe. Construir competências é virar as costas aos saberes. **Revista Pátio, Porto Alegre: ARTMED, ano**, v. 3, p. 15-19, 1999.

Perrenoud, Philippe. Das diferenças culturais às desigualdades escolares: A Avaliação e a norma num ensino diferenciado. **Análise Psicológica**, v. 2, p. 133-155, 1978.

Pimenta, Selma Garrido. Formação de professores: Saberes da docência e identidade do professor. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 22, n. 2, p. 72–89, 1996.

Potter, Jason & Wetherell, Margaret. Discourse and social psychology. The Discourse Studies Reader, **British Journal of Social Psychology**, v. 51, n. 3, p. 244-255, 2014.

Santos, Fernanda Marsaro dos. **Significações de construtivismo na perspectiva de professores "construtivistas" e sua relação com práticas avaliativas**. Dissertação (Mestrado em Educação). Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2007.

Simões, Guilhermina Augusta Guimarães. **A avaliação do desempenho professor:** Contributos param uma análise crítica, Lisboa: Texto Editora, 2000.

Vasconcellos, Celso dos Santos. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança; por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad; 11 Editora, 2003. p. 230-230.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Educação:** um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Trad. José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez, 1996.

ALESP. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Lei nº 16.279, de 8 de julho de 2016.** Institui o Plano Estadual de Educação – PEE. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br>lei-16279-08.07.2016.html. Acesso em: 1 abr. 2025.



Tonito Francisco & Caroline Barros dos Santos Feltrin

Brasil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 1 abr. 2025.

Moçambique. **Boletim da República**. Lei 18/2018 de 28 de Dezembro do Sistema Nacional de Educação (SNE) em Moçambique. Estabelece a obrigatoriedade da educação básica e amplia o direito à educação no país. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, EP. I Série – Número 254. 2018.

São Paulo (Estado). **Decreto nº 65.849, de 6 de julho de 2021**. Dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica no contexto da pandemia de COVID-19. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Ano. Disponível

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2021/decreto-65849 06.07.2021.html. Acesso em: 1 abr. 2025. Acesso em: 1 abr. 2025.

Moçambique. **Boletim da República**. Regulamento Geral de Avaliação do Ensino Primário, Alfabetização e Ensino de Jovens e Adultos e Ensino Secundário Geral de Moçambique. Aprovado pelo Diploma Ministerial nº 7/2019, do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, EP. I Série – Número 7. 2019.